

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais

*Águas passadas: as memórias sobre enchentes e o
processo de territorialização às margens do Rio Doce em
Governador Valadares (1979-1997)*

Projeto de Pesquisa concorrente no Edital
MCT/CNPq/MEC/CAPES N° 02/2010,
apresentado pelo Professor Doutor Luiz
Henrique Assis Garcia (UNIVALE), Professora
Doutora Patrícia Falco Genovez (UNIVALE) e
Professora Mestre Maria Terezinha Bretas
Vilarino (UNIVALE).

Governador Valadares, junho de 2010

ÍNDICE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	3
QUALIFICAÇÃO DO PROBLEMA	3
OBJETIVO GERAL.....	6
METODOLOGIA	7
PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS	13
ORÇAMENTO DETALHADO.....	18
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	19
IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO.....	20
DISPONIBILIDADE EFETIVA DE INFRA-ESTRUTURA E DE APOIO TÉCNICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

Identificação da Proposta

Título: *Águas passadas: as memórias sobre enchentes e o processo de territorialização às margens do Rio Doce em Governador Valadares (1979-1997)*

Qualificação do problema

Na primeira metade do século XIX, era denominado “Sertão do Rio Doce” o espaço coberto pela floresta tropical, que se estendia entre as áreas povoadas da região central de Minas Gerais e do litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia. Atualmente, corresponde a quatro mesorregiões de Minas Gerais¹: do rio Doce, da Zona da Mata, do Mucuri e do Jequitinhonha. O processo de ocupação, ao longo do século XIX, produziu regionalizações diferenciadas, que restringiram a denominação ao que hoje é a mesorregião do rio Doce.

A nova fronteira agrícola do Rio Doce foi subsidiária do processo de industrialização brasileiro, que demandava por produção de alimentos a preços baixos e matéria prima: minérios e madeira. A estação da estrada de ferro, inaugurada em 1910, reforçou a posição da localidade como entreposto comercial de todo o Médio Rio Doce. Nos anos de 1920, a vila de Figueira - hoje, Governador Valadares - girava em torno de uma rua, próxima de onde passava a linha de ferro. Com efeito, a construção e reforma da estrada de ferro Vitória-Minas, entre 1903-1942, potencializou o processo de ocupação regional, atraindo migrantes de outras regiões de Minas Gerais, de outros estados e estrangeiros de várias nacionalidades. Nas duas décadas seguintes, a instalação de projetos de investimentos de capital (siderurgia, mineração, indústria madeireira) intensificou a ocupação humana, acelerada com a abertura da rodovia Rio-Bahia (1943).

A partir das décadas de 1950 e 1960 os limites físicos impostos pela ferrovia, que circundava a cidade, foram rompidos pelos bairros Santa Helena e Santa Efigênia, destinados à população mais pobre. Outros bairros surgiram nesta época, reforçando a expansão urbana: Santa Terezinha, São Paulo, São Pedro, Carapina, Querosene e Vila Rica. Na década de 1960, outros bairros dão continuidade ao processo de urbanização

¹ Mesorregião corresponde a um conjunto de microrregiões cujas características permitem considerá-las como um meio, relativamente, homogêneo. A divisão em mesorregião é regulamentada pela Resolução FIBGE, nº 11, de 5 de junho de 1990.

da cidade: Esperança, Mãe de Deus, Altinópolis, Santa Rita, Vila dos Montes, Jardim Vera Cruz, Jardim Ipê, Jardim do Trevo, Jardim Atalaia, Penha, Kenedy, Palmeiras, Santo Antônio, Ilha dos Araújo, Vila Mariana e Planalto (Mapa1). Nas décadas seguintes (Mapa 2), a cidade cresceu para além da BR116, e de 1990 em diante surgiram mais de 20 novos bairros (Mapa 3). Tal expansão, evidentemente, acarretou profundas transformações na malha urbana e implicou exigências infraestruturais de toda a ordem.

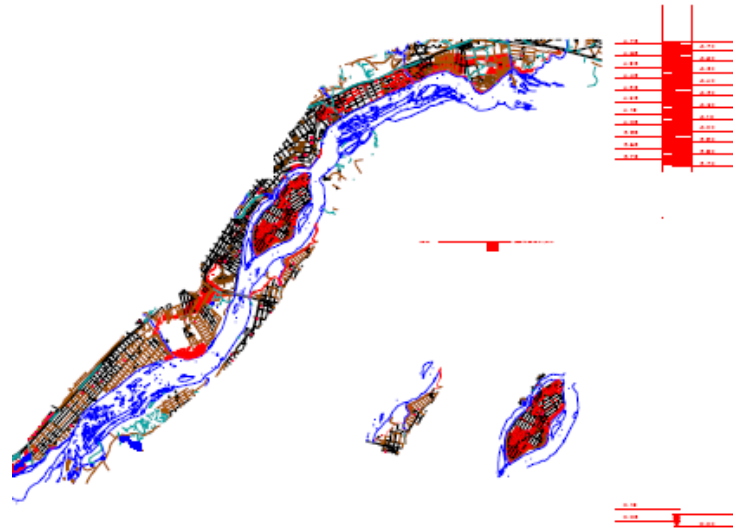
É neste contexto que se coloca a escolha de nosso objeto de pesquisa, por entendermos que as enchentes configuram eventos-limite em que são postos à prova vários atores (governo municipal, sociedade civil organizada, lideranças comunitárias, instituições de assistência, etc.) e segmentos sociais envolvidos no processo de urbanização e na configuração das territorialidades que dele participam. Acreditamos que as enchentes são momentos em que se revelam tensões e articulações fundamentais para a melhor compreensão do surgimento e territorialização dos bairros ribeirinhos, e da própria relação entre sociedade e território. Sendo assim, optamos por determinar um corte cronológico, definido entre 1979 e 1997, datas das enchentes do Rio Doce consideradas mais intensas² no período posterior ao aumento da expansão urbana. Em estudos preliminares, determinamos também alguns bairros em que a memória relativa a esses eventos se apresenta de maneira particularmente significativa - São Paulo, São Pedro e Santa Rita - que deverão assim ser privilegiados na realização dos trabalhos de campo e entrevistas. Nossas indagações intentam averiguar os significados sociais e históricos das enchentes para os diversos envolvidos, não apenas no contexto em que ocorreram, mas também enquanto possibilidade em seu horizonte histórico.

Vale ressaltar que a investigação centrada nas memórias produzidas e compartilhadas socialmente a respeito das enchentes representa opção estratégica diante da pouca documentação escrita e oficial - disponível no Centro de Documentação e Arquivo de Custódia (CEDAC), sob guarda da Univale – pelas possibilidades de contraste e complementação que sua utilização permitirá. Seu registro, organização e posterior disponibilização constituem parte do esforço integrado de pesquisa que desenvolvemos sobre o processo de territorialização e a história de Governador Valadares, cidade pólo do Médio Rio Doce.

² GT CHEIAS DO RIO DOCE. Relatório final , 2004. <http://www.ana.gov.br/cbhRioDoce/comite/GT-CHEIAS/relatorio-gt-cheias.htm> [acesso em 28 de Maio de 2010].



Mapas 1, 2 e 3. Fonte: COELHO, 2007, p.35; 37; 43.



Mapeamento das áreas inundáveis em Governador Valadares. Fonte: COMDEC/ Gerilo Nunes Filho (detalhe em vermelho: área inundada/1997).

Objetivos

Objetivo Principal

A finalidade do Projeto é investigar aspectos do processo de territorialização em bairros às margens do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, através do registro e análise de memórias e narrativas produzidas por seus moradores sobre a história local, enfatizando sua interação com o rio, marcadamente as experiências históricas e sociais relacionadas à ocorrência de enchentes.

Objetivos Específicos

- Iniciar um processo de coleta e análise de documentação inédita (incluindo fontes orais) referente aos processos de ocupação, urbanização e desenvolvimento de bairros que margeiam o Rio Doce;
- Ampliar o arsenal documental referente ao processo de territorialização às margens do Rio Doce em Governador Valadares, considerando as enchentes como marcos significativos para seu estudo;
- Contribuir para a consolidação do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Território” e do Programa de Memória Social do Vale do Rio Doce – NEHT/Univale;

- Contribuir para a consolidação da linha de pesquisa “Território, Saúde e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação strictu sensu “Gestão Integrada do Território”/Univale;
- Promover o trabalho conjunto entre a UNIVALE, os cidadãos valadarenses, instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada, ressaltando o papel da pesquisa e difusão do conhecimento sobre a história e a memória da sociedade na construção e aperfeiçoamento da cidadania;
- Divulgar os resultados da pesquisa através de artigos científicos e de suportes em mídia digital (DVD interativo e sitio próprio na Internet) visando um público mais amplo, disponibilizando assim material para instituições de ensino e/ou pesquisa, pesquisadores, educadores, estudantes e cidadãos em diferentes formatos, democratizando o acesso às fontes e ao conhecimento produzido.

Metodologia

Reflexão teórico-metodológica

Os esforços que serão emanados deste projeto terão como base um conjunto teórico cujos conceitos contribuirão para se atingir os objetivos propostos. O embasamento teórico demandará um esforço em torno da conceituação de território assim como envolverá uma discussão acerca da narrativa em torno da memória enquanto fonte de pesquisa. As categorias de espaço, lugar, região e território, originariamente pertencentes à geografia, cada vez mais transitam por diversas áreas de conhecimento, refletindo as tensões multidisciplinares que lhes caracterizam e, ao mesmo tempo, exigindo o esforço comum de reflexão teórico-metodológica.

A idéia de território é permeada de contradições e a discussão sobre o conceito de território está longe de ter suas tensões resolvidas. Para definir o conceito, é necessário resolver um problema de natureza epistemológica. Num breve retrospecto da discussão conceitual do termo, tradicionalmente o território em sua concepção mais comum é entendido como divisão político-geográfica. Essa concepção coloca o Estado como definidor do território, portanto, envolve diretamente uma questão de poder político e de demandas político-administrativas.

Nessa perspectiva, o território no sentido político-administrativo é fundamentalmente o território nacional: espaço que delimita uma ordem jurídica e política, com suas linhas, limites e fronteiras. A historiografia brasileira tradicionalmente utilizou o território como dado e premissa, nos termos como se encontra na matriz do conceito definido por Friedrich Ratzel³, na segunda metade do século XIX. Os estudos mais recentes, influenciados pela História Cultural, não questionou esta matriz teórica, quando centra a análise nos aspectos ligados à representação, à mentalidade e ao simbólico.

Milton Santos propôs uma alternativa a essa matriz ratzeliana do conceito. O território, para o autor, é o espaço construído pelo trabalho, energia e informação materializada em formas-conteúdo⁴ que revelam relações marcadas pelo poder, reafirmando as noções postas por Raffestin.⁵ Nesse sentido, não se confunde com o espaço ou lugar, pois está ligado à idéia de domínio de uma área, ao poder e ao controle do acesso. Se o território é um espaço definido e delimitado a partir do poder e apropriação, não se restringe ao Estado-Nação, mas atinge todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Para Coraggio, como ato histórico por excelência, o território ocorre numa dada relação espaço-temporal, isto é, resulta de processos sociais e das relações dos homens com a natureza, portanto, de relações sócio-espaciais centradas e emanadas cotidianidade dos indivíduos em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades⁶. Nesse sentido, é criação coletiva, recurso institucional e natureza, constituindo-se território vivido de relações sociais e sócio-ambientais, onde há sentimento de pertencimento – identidades formadas com base em raízes histórico-culturais, histórico-ambientais e histórico-espaciais⁷.

³ O alemão Friedrich Ratzel, na segunda metade do século XIX, introduziu a noção de território na Geografia, retirando-a das ciências naturais. A Geografia Clássica, que prevaleceu até os anos de 1960, tem o centro de atenção no território associado ao Estado-Nacional. Neste sentido, reconhece apenas uma única instância territorial e, portanto, uma única categoria de análise. É o poder do Estado-Nacional que define a territorialidade do espaço. Cf. MACHADO, Mônica Sampaio. *Geografia e Epistemologia: Um Passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade*. In.: <http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/monica.htm>, em 25 de outubro de 2005.

⁴ Cf. SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo, Nobel, 1985; SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

⁵ Cf. RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.

⁶ Cf. CORAGGIO, J. L. *Territórios em transición y la planificación regional em América Latina*. Quito, Ciudad, 1987.

⁷ Cf. SANTOS, Milton. & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2005; SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

Na perspectiva complexa de Haesbaert e Rosendabl, os territórios se formam de modo heterogêneo e sobreposto, fundados nas contradições sociais, nas relações de poder e na diversidade cultural⁸. Para o primeiro, o território possui uma dupla conotação, material e simbólica. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca”⁹. Dentro desta concepção o território rompe a lógica capitalista hegemonia, deixando de ser tratado de maneira unifuncional e passando a uma perspectiva múltipla. Para resumir a proposta de Haesbaert, pode-se pensar em dois grandes tipos ideais: o território funcional, vinculado aos processos de dominação; e, o território simbólico, vinculado aos processos de apropriação¹⁰.

A proposta de Haesbaert encontra-se na corrente de renovação da Geografia brasileira, acompanhando um movimento mais amplo que teve início com Carl Sauer e Paul Claval, na configuração da Geografia Cultural. Outros nomes somam-se nesse esforço de abrir alternativas à Geografia Crítica, lançando recortes mais dinâmicos e complexos ao termo território, como é o caso de Rosendahl e Saquet. Este último geógrafo nos abre a possibilidade de considerar a relação tempo-espaço-território-territorialidade numa perspectiva cotidiana, a partir de alguns aspectos metodológicos de Jean Gottmann. De acordo com Saquet, os estudos territoriais seriam, portanto, apreendidos “*como produto de determinações (i) materiais, ou seja, de forças econômicas, políticas e culturais que condicionam os saltos quantitativos e qualitativos na dinâmica socioespacial*”.¹¹ Partindo desses pressupostos, o território só é dado a conhecer mediante uma produção de conhecimento relacional e histórica, observando-se a relação espaço-tempo. Portanto, há uma interdisciplinaridade subjacente ao conceito de território, uma vez que para acessá-lo é necessário não só centrar no movimento histórico, mas também nas relações multiescalares.

⁸ Cf. HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDABL, Z. *Geografia cultural - manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. da UERG, 1999.

⁹ HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo, USP, 2005. p. 674.

¹⁰ Id. Ib. p. 677.

¹¹ SAQUET, M. A. A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann. *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 175.

Cabe ressaltar que a complexidade da abordagem territorial nos remete a múltiplas narrativas que descrevem o sentido próprio de cada territorialidade, expressa num dado território. Convergindo de vários modos, através da linguagem, imagens e gestos, as narrativas humanas estão por toda parte.¹² Podem ser encontradas nos mitos, nas lendas, nas fábulas, nos contos, nas novelas, nos romances épicos, nas histórias, tragédias, comédias, dramas, nas imitações, nas pinturas, filmes, fotografias, vitrais, desenhos animados, jornais e conversas. Pode-se dizer que os seres humanos sonham, divagam, crêem, duvidam, planejam, fofocam, revêem o passado, lembram, antecipam, aprendem, esperam, desesperam, constroem, criticam, odeiam e amam através das narrativas.¹³ Os seres humanos, conclui Roland Barthes, são *animais narrativos*, uma vez que “*a narrativa está presente em todas as épocas, em todos os lugares, em todas as sociedades... a narrativa é internacional, trans-histórica, trans-cultural: ela simplesmente está aí, como a vida.*”¹⁴

Apesar disto, narrativa é um dos inúmeros conceitos que passou a ter proeminência significativa na antropologia somente a partir da guinada literária dos anos 1980. O seu estudo acompanhou a valorização crescente, no âmbito da antropologia, das práticas da *realidade social escrita*, tanto em assuntos da antropologia como nos próprios antropólogos. Nesse sentido, de acordo com Kerby, “*a narrativa pode ser concebida como o contar (através de qualquer que seja o meio, ainda que especialmente através da linguagem) uma série de eventos temporais de tal modo que se possa esquematizar uma seqüência significativa*”.¹⁵ Por isso, a narrativa faz com que o tempo se torne um aspecto da realidade sócio-cultural e humano quando articulado no âmbito de uma seqüência narrativa. Ele, o tempo, passa a ter certa textura e a ser humanamente experienciado, devido ao fato de ser pontuado por certo fluxo de eventos. Para o autor, nós, seres humanos, somos temporais, em síntese, com nossas percepções, compreensões e identidades embasadas numa história em processo de narração. A nossa vida consciente constitui dramas nos quais os nossos *eus*, nossas sociedades e nossos grupos de referência são personagens centrais, personagens cuja significação nós interpretamos até mesmo quando vivemos fora de suas histórias: “*as narrativas são as*

¹² Verbete extraído de NIGEL RAPPORT – JOANNA OVERGING, *Social and Cultural Anthropology: Key Concepts*. London, Routledge, 2000, pp. 283-290 (tradução: José Luiz Cazarotto).

¹³ Cf. HARDY, B. Towards a Poetic of Fiction: 3. An Approach Through Narrative. *Novel*, 1968, 1, pp. 5-14.

¹⁴ Cf. BARTHES, R. Introduction to the Structural Analysis of Narrative. Em SONTAG, S. (Ed.), *A Barthes Reader*. London, Cape, 1982, pp. 251-252.

¹⁵ KERBY, A. *Narrative and the Self*. Bloomington, Indiana University Press, 1991, p. 39.

primeiras incorporações de nossa compreensão do mundo, da nossa experiência, e, por fim, de nós mesmos... É através das diversas formas dos enredos narrativos que nossas vidas – nossos eus – obtêm sentido”.¹⁶

Em outras palavras, as histórias que os indivíduos contam de si mesmos parecem ser seguramente influenciadas pelo vocabulário, pela gramática da linguagem em que elas são expressas, pelas convenções sociais mais amplas do contexto, do estilo e do gênero da expressão, e pelas outras histórias em circulação. Por outro lado, no âmbito das formas convencionais de narrativa, os seus padrões culturais de enquadramento, de organização, de recitação, de interpretação e de avaliação evocam uma individualização do sentido como resultado inevitável. Em síntese, as construções do sentido pessoal nas narrativas individuais exibem uma originalidade e um trabalho *artesanal* que as colocam para além da sobredeterminação da linguagem na qual elas são escritas, das formas coletivas ou públicas que elas empregam¹⁷. Paul Ricoeur assinala que “*o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.*”¹⁸. Dessa forma, compreendida como síntese, a narrativa reúne acontecimentos dispersos e vários tipos de ações, planejadas e inesperadas, dando a eles significados precisos.

Metodologia aplicada

O ato de narrar é, portanto, uma prática discursiva com papel fundamental na produção e reconhecimento dos códigos sociais, impressos nos registros de memórias dos diversos grupos que estiveram envolvidos no processo de territorialização dos bairros de GV. Nesse sentido, a história oral e a sua metodologia são de fundamental importância para a pesquisa proposta uma vez que entrelaçam a questão da memória com a significação e o recorte do espaço vivido. Portanto as narrativas e testemunhos a serem obtidos sobre enchentes nos bairros São Paulo, São Pedro e Santa Rita, após devidamente analisadas, podem indicar as relações de poder e as práticas culturais constitutivas dos novos espaços que estavam surgindo rapidamente em virtude do acelerado processo de crescimento demográfico experimentado pela região.

¹⁶ Cf. KERBY, op. cit.

¹⁷ Cf. N. J. RAPPORT, Problem-Solving and Contradiction. Playing Darts and Becoming Human. *Self, Agency and Society*, 1998, 2(1), pp. 81-101.

¹⁸ RICOEUR, P. Tempo e Narrativa. Tomo I, Campinas: Papyrus, 1994. p. 15.

Ricoeur ressalta que uma cidade pode confrontar no mesmo espaço temporalidades diversas, sedimentando uma história multicultural que pode ser lida pelo historiador¹⁹. Compreendidas dessa forma, as narrativas além de falarem de diversas temporalidades e culturas também podem revelar os conflitos existentes entre os diversos grupos sociais e suas respectivas representações/significações acerca do espaço. Devidamente recortado, apropriado e representado o espaço transfigura-se em território, permeado por ações que evocam os mais variados exercícios de poder na trama social.

Os documentos orais, mesmo guardadas as suas características singulares, expostas acima, não se diferenciam essencialmente das demais fontes, tanto escritas como iconográficas. A subjetividade dos informantes é comum tanto ao relato oral como às fontes ditas 'objetivas', ainda que no primeiro suporte a parcialidade e o subjetivismo sejam mais explícitos. Sendo assim, a utilização do método da história oral não traz problemas de fundo que não se coloquem para as outras fontes. Caberá ao pesquisador mediar a natureza subjetiva de seu material de trabalho, encontrando os modos apropriados de interrogação e análise.

A escolha dos informantes seguirá basicamente dois critérios de seleção. Primeiro, as trajetórias individuais, naquilo que podem evidenciar da experiência social ligada à vida do bairro e aos eventos de enchente, pinçadas na documentação consultada ou obtidas através de contatos feitos em “trabalho de campo”, inclusive através de redes de conhecimento interpessoal existentes no bairro; segundo, a atuação coletiva, em instituições, movimentos ou atores cuja atuação na esfera pública possa ter deixado registros.

As narrativas podem descortinar testemunhos do tempo vivido. Dessa forma, a memória narrada como testemunho apresenta indícios de uma rede de relações históricas que lhe confere sentido e projeta sua dimensão social, permitindo a emergência de outras leituras das configurações sociais e dando voz aos conflitos entre os novos territórios criados no processo avassalador pelo qual passou a região. Cruzando tempo e espaço, a existência narrada não tem por referência uma totalidade prévia, uma vez que ao contrário de fixar espaços e lugares os recria culturalmente.

Essa diversidade de percepções será articulada como prática social e trará à luz, em conjunto com o *corpus* documental a ser reunido, um território a ser descoberto.

¹⁹ RICOEUR, P. L'a mémoire, l'a histoire, l'oubli. Paris: Seil, 2000. p. 187

Vale ressaltar que há complementaridade entre a utilização da metodologia de história oral e a pesquisa em arquivos e acervos públicos e privados, justamente porque iluminam diferentes leituras de uma dada realidade social e histórica. Desse modo, consideramos que o levantamento e leitura de fontes escritas, mapas, acervos fotográficos ou outros, pertencentes a acervos públicos ou privados, será realizado de modo a auxiliar a investigação, conquanto ela esteja centrada na análise dos depoimentos que serão registrados.

Principais contribuições científicas

A relevância científica do Projeto se dá em função do recorte proposto demandar um estudo multidisciplinar e micro-analítico, focado em aspectos que envolvem a urbanização e territorialização destes bairros de Governador Valadares e considerando o fenômeno da enchente como ponto nodal na experiência social e histórica de seus moradores. É especificamente esta realidade que buscamos dar relevo e investigar nas múltiplas narrativas e percepções de como se deu a ocupação e a frequente sobreposição dos territórios que ganharam forma, na relação com o rio em diferentes momentos e condições, incluindo aí atitudes individuais e coletivas adotadas nos períodos de enchente. Este universo somente poderá ser desvendado com o trabalho conjunto e engajado de pesquisadores que se propõem a coletar e organizar documentos e narrativas que se encontram espalhadas entre os moradores de Valadares. É importante frisar que este processo ainda não foi contemplado pela historiografia, e que o Projeto ora proposto representa o primeiro esforço de levantamento de testemunhos a serem coletados e disponibilizados através do Programa de Memória Social do Vale do Rio Doce, sob custódia do Núcleo de Estudos Históricos da Univale; assim como também representa um primeiro esforço de levantamento e organização documental sobre o assunto.

No registro da abordagem territorial, vinculada ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território, a partir das Humanidades e Ciências Sociais, as questões climáticas ou hídricas não são apenas problemas naturais, da mesma forma que as questões de saúde/doença e saneamento não são apenas problemas para as Ciências Básicas. A natureza que temos hoje é uma segunda natureza mediada pela cultura e pela complexidade, resultado de processos sociais, de relações dos homens com o meio e das

reações desse às ações humanas ao movimento da natureza²⁰. Um estudo como o proposto, focado no processo de territorialização e memória das enchentes nestes bairros ribeirinhos de Governador Valadares poderá subsidiar pesquisas aprofundadas no âmbito do Programa ou para além dele, assim como contribuirá para dar corpo a uma historiografia destinada à história local vivenciada no século XX.

O Projeto levanta uma discussão bastante atual na historiografia: o lugar da história local e da história regional. Enganam-se, todavia, aqueles que julgam que a eleição de um local, sob a perspectiva de uma história local, implica uma simplificação do número de variantes e aspectos da trama social. O local, alçado em categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos.

Refletir sobre história local, no momento atual das produções e discussões historiográficas, nos remete necessariamente a uma interseção com a micro-história. Conceito imputado a historiadores italianos - entre eles Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, fundadores da revista *Quaderni Storici* e diretores da coleção *Microstorie* publicada pela editora Einaudi na década de oitenta - a micro-história acabou por adquirir a dimensão de vertente com contornos muito próprios entre os caminhos a serem trilhados por autores afinados com a construção de uma história social e cultural centrada na variação de escalas de análise das relações sociais.²¹

Segundo esse ponto de vista, enfoques sobre as histórias particulares de indivíduos, vilarejos, grupos específicos - entre instituições, associações e classes - passaram a ser privilegiados entre os objetos e objetivos dos que procuraram valorizar o “micro”. Mais do que uma diferenciação em termos de objetos de estudo, a micro-

²⁰SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998; SANTOS, Milton. & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2005; CROSBY, A.W. *Imperialismo Ecológico - a expansão biológica da Europa*. São Paulo, Cia das Letras, 1996; CASSETI, Valter. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo, Contexto, 1991.

²¹ Cf. Jacques Revel. “Microanálise e construção do social”. In *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, p.16. Ver também Giovanni Levi. “Sobre a micro-história”. In Peter Burke (org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992. p. 135.

história definiu-se por escolhas metodológicas que hoje passam a ser mais problematizadas por seus realizadores, entusiastas e críticos. Para Jacques Revel, ela deve ser encarada como um sintoma historiográfico, pois se constituiu na prática como reação contra certas metodologias e eixos conceituais consagrados por produções da história social dimensionadas pelo paradigma de uma inteligibilidade global do social, e centradas na confiança e na eficácia de uma abordagem macrossocial totalizadora.

O questionamento desses pressupostos trouxe, entre outras contribuições, o ato de submeter certos recortes de análise até então consagrados pelos métodos de quantificação - a paróquia, o conjunto regional, a cidade, a profissão - a revisões do uso dessas categorias.²² Assim a preferência pela construção de séries, em particular na demografia histórica, onde somente a correlação de diversos dados isolados sustentaria análises sobre aspectos da vida social, veio a ser relativizada sob o prisma de valorização daqueles casos particulares e únicos.

Num texto que já se tornou referência preciosa para os historiadores, Carlo Ginzburg anunciava a filiação da micro-história a um modelo epistemológico surgido em fins do século XIX, designado por ele de “paradigma indiciário”²³. Ginzburg estabelece uma aproximação dos métodos do crítico de arte Giovanni Morelli, do detetive Sherlock Holmes, criação do escritor Arthur Conan Doyle, e do fundador da psicanálise, Sigmund Freud. Nos três autores, as análises de seus objetos se baseavam na observação cuidadosa de indícios quase imperceptíveis, “(...) *um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores*”²⁴. Exatamente aquilo que era desprezado converte-se a chave explicativa do problema. Na micro-história, torna-se fundamental a atenção aos traços particularizantes, às evidências marginais que passaram despercebidas por outros historiadores.

Tal preocupação não deixa de ser também uma crítica à história social de tipo quantitativa e serial (e pesquisa monográfica) hegemônica no grupo dos *Annales* nos anos 70. Sem questionar sua “cientificidade”, Ginzburg alertava para suas deficiências: “(...) *não me parece arriscado afirmar que a investigação quantitativa de longo período pode também obscurecer e distorcer os fatos. Na perspectiva do longo período*

²² Cf. Jacques Revel. Op. cit., pp.16-19.

²³ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-180.

²⁴ *Ibid.*, p.149.

(...) *é difícil compreender os problemas cotidianos da sobrevivência*”²⁵. Segundo Giovanni Levi, o próprio momento de desilusão em relação ao otimismo de revolucionárias transformações sociais e dos grandes sistemas explicativos tornava necessário o total re-exame dos instrumentos de pesquisa²⁶. Neste sentido, a redução de escala representa um princípio analítico de acordo com propósitos *experimentais*, uma vez que *“o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados.”*²⁷.

O enfoque microscópico mostra bem suas virtudes quando se coloca o problema das categorias sociais, como nos mostra Simona Cerutti. Ao criticar a adoção das categorias socioprofissionais na França (mostrando inclusive suas raízes políticas), ela chama atenção para o caráter reificante dessa classificação, defendendo a necessidade de reintroduzir na análise os atores sociais: *“Partindo dos indivíduos, recompondo-lhes o percurso social e tentando reconstruir-lhes as escolhas, o pesquisador se interroga sobre a experiência deles e, por conseguinte, sobre o modo de formação de sua identidade social.”*²⁸. A micro-história se preocupa assim em restituir ao indivíduo sua dimensão política, sua postura ativa diante do processo social, suas possibilidades de atuação dentro do contexto. Aqui nota-se que a ênfase se desloca das estruturas e instituições para processos e interações. Esta perspectiva relacional privilegia categorias como “experiência” e “negociação”, rejeitando o determinismo através de uma visão que considera o nível de incerteza presente na vida social, reconhecendo as fraturas e incoerências presentes nas normas que a regem.

Revel acrescenta que a micro-história pautou-se na mudança das escalas de análise, com isso produzindo diferentes efeitos de conhecimento. Como no uso de uma lente objetiva, em fotografia, o enquadramento do objeto focado não se limita a mera ampliação ou redução do mesmo, mas a própria maneira de apresentar sua forma. Em outra perspectiva, a arte e as técnicas cartográficas não consistem apenas em apresentar em diversos tamanhos uma paisagem que se quer fixa e constante. A escolha da escala e sua explicitação é a chave de criação e de leitura para os conteúdos desse tipo de representação, e de apropriação cognitiva, do espaço geográfico.

²⁵ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p.171. O autor também considera as dificuldades institucionais e materiais de se realizar pesquisas quantitativas na Itália naquele momento.

²⁶ LEVI, Giovanni. op.cit., p.134.

²⁷ Ibid., p. 137.

²⁸ CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique(orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Editora UFRJ, 1998. p.240.

Nesse quadro de revisões e atualizações, insere-se a reflexão sobre o local enquanto circunscrição de espaços sociais de menores proporções se comparados a delimitações mais abrangentes como o nacional. Não podemos, contudo, conceituar o que é o local pela mera oposição com o nacional. No nosso entender, mais do que uma oposição, existe uma relação, discernível a partir das escalas de observação e recortes temáticos que informam o olhar do historiador. O local configura-se então como um recorte temático eleito pelo historiador a partir de uma escala igualmente construída por este. Em particular, consideramos a abordagem sob o recorte da história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Acreditamos também que é no traçado local dessas redes e efeitos de poder que conseguimos construir outras interpretações para os complexos processos de sedimentação de identidades sociais. Desse modo, acreditamos ter em mãos a possibilidade de realizar relevante exercício de reconfiguração da teoria através de sua prova em estudo empírico.

Por fim, no que diz respeito à proposta de divulgação dos resultados da pesquisa em mídia digital via CD-ROM e internet, o Projeto acena não apenas com a possibilidade de construir novos canais para a difusão e democratização do conhecimento, da memória social e do acesso às fontes históricas. Também intenta criar um espaço virtual que incorpora ao trabalho dos pesquisadores a contribuição e o contato com os cidadãos, configurando simultaneamente uma experiência de reconhecimento identitário e crítica ao permitir que o visitante/consulente perceba a história e a memória social como construções das quais ele mesmo participa. O próprio processo de criação do material promoverá ganhos intelectuais e metodológicos relevantes, na medida em que exigirá da equipe de pesquisadores - em interface com profissionais do ramo da criação em ambiente digital - o desenvolvimento de novas formas de narrativa historiográfica através de ferramentas tecnológicas e registros documentais em formato eletrônico. Tal reflexão poderá futuramente desdobrar-se em novos projetos, promovendo o aperfeiçoamento da aplicação de recurso de mídia digital à pesquisa e divulgação de temas envolvendo história, memória e território.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CEPDOC*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas CPDOC, 1989.
- ALVES FILHO, Ailton Pinto; RIBEIRO, Helena. A percepção do caos urbano, as enchentes e as suas repercussões nas políticas públicas da Região Metropolitana de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, Dec. 2006.
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr.1997, p.145- 155.
- ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios*. Londrina, Ed. da UEL, 2005.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e. Sertões*. Bauru: Edusc, 2000.
- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- ARTURO, Julian.(Org.) *Pobladores urbanos. Ciudades y espacios*. Bogotá, TM Editores, 1994, 2 v.
- AUDIÊNCIAS Públicas Regionais: Diagnóstico Preliminar. Macrorregião VIII. Rio Doce, Belo Horizonte, DCP/Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG / São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- BLAIKIE, P., CANNON, T., DAVIS, I., WISNER, B. *At risk. Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*. London / New York: Routledge, 1994.
- BORGES, Maria Eliza L. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. *RBEP*, (73)173-201, 1991.
- BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. 6 ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivido da memória. Ensaio de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder Simbólico. In.: *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: DIFEL, 1989.
- BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade. Século XIX e XX*. São Paulo, ANPUH: Marco Zero; FAPESP, 1993.
- BRITO, Fausto. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In.: PAULA, João Antônio de. (Coord.) *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997.
- BRITO, Fausto. O Estado tutelar: o INDI na experiência mineira de industrialização na década de 70. In: PAIVA, Paulo (Org.) *Minas em Questão*. Belo-Horizonte. CEDEPLAR/ UFMG. 1988.
- CALDEIRA, Tereza. Memória e Relato - a escuta do outro. In: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, DPH, n. 200, 1991.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 3ed. São Paulo: Cia. Letras, 1990.
- CAMBRAIA, Ricardo de Bastos. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). In: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, (6): 137-150, jul., 1988.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. São Paulo, Nobel, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*. São Paulo, Studio Nobel, 1993.
- CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Relações sociais em construção: Minas Gerais nos anos 50. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 24, jan/2001, p. 266-277.
- CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Cidade. Urbano*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- CARLOS, Ana Fani A. *A(re)produção do espaço urbano*. São Paulo, EDUSP, 1994.

- CARLOS, Ana Fani A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASÉ, Paulo. *A cidade desvendada. Reflexões e polêmicas sobre espaço urbano, seus mistérios e fascínios*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2000.
- CERTEAU, Michel de. "Teoria e método no estudo das práticas cotidianas". In: SZMRECSANYI, Maria de Q. F. (org.) *Anais do encontro: cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1985.
- CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique(orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Editora UFRJ, 1998, pp. 233-242.
- CHARTIER, Roger e DARNTON, Robert. Diálogo a propósito de la historia cultural. *Casa del Tiempo*. México, Volume 8, n. 785, 1988.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Volume 8, n. 16, Rio de Janeiro, 1995.
- COMPANHIA Vale do Rio Doce. *Perspectivas de desenvolvimento industrial da Região do Rio Doce*. III vol., São Paulo, SERETE, 1963.
- Conferência Brasileira de História Oral "História Oral e Ética" PUC/SP, Trad. Simone Geraldês. Mimeo. outubro de 1995.
- CORAGGIO, J. L. *Territórios em transición y la planificación regional em América Latina*. Quito, Ciudad, 1987.
- CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro :EDUERJ, 2004.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- COSTA, Edmar Campelo. *Epopéia de pioneiros. A história de Governador Valadares*. s/l, s/d.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura. *Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria a diversidade do meio ambiente urbano*. Belo Horizonte, UFMG, 1995. (Tese de doutoramento CEDEPLAR-FACE-UFMG, Or. Roberto Nascimento Rodrigues).
- COSTA, Joaquim R. Toponímia de Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia, 1993.
- DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos. (Org.) *O Processo de urbanização no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1999.
- DELGADO, Mucília de A. Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DUARTE, A. C. Regionalismo - considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*. 10(20): 5-32, 1980.
- DUBY, George. A história cultural. In: SIRINELLI, Jean-Françoise e RIOUX, Jean-Pierre. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.
- EGLER, Walter A. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. Rio de Janeiro, Rev. Bras. de Geografia, 13 (2):223-246, 1951.
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, 1959, v. 25.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. A Colonização das almas. In: *Pós-História/ Revista de Pós-Graduação em História*, UNESP/Assis-SP, n. 9, 2001, pp. 115 - 126.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação socio-econômica urbana: Governador Valadares. *Varia História* / Departamento de História, Programa de Pós Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Minas Gerais. – nº 1 – 1985 – Belo Horizonte: Depto de História da Fafich.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Associação Comercial de Governador Valadares. 60 anos de história*. Governador Valadares/MG: ACGV, 1999.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. *O Sertão do Rio Doce*. Bauru, EDUSC, 2005.
- ESPINOSA, Ramón Rivera. Historia Social Y Cultura Local. In.: <http://www.tuobra.unam.mx/publicadas/031013160910.html>, em 14 de fevereiro de 2005, 17h55.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1994.

- FERNANDES, Ronaldo Costa & LIMA, Rogério (org.) *O imaginário da cidade*. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial, 2000.
- FERREIRA, Carlos Murício de C. Espaço, Regiões e economia regional. In: HADDAD, Paulo R.(org). *Economia Regional. Teoria e método de análise*. Fortaleza, ETENE, 1989.
- FERREIRA, Celso Antonio. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 5. ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História*, São Paulo, n.15, abr.1997, p.157-164.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FONSECA, José Raymundo. *Figueira do Rio Doce*. Rio de Janeiro, s/ed, s/d.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; CAMPINAS: Ed. Unicamp, 1994.
- GARRIDO, Joan del Alcázar I. As fontes orais na pesquisa histórica. In: Revista Brasileira de História. Memória História e
- GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce, ALBERTI, Verena (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira : CPDOC, 2002.
- GOMES, Catarina Antunes. A insustentável leveza dos territórios: uma crítica à territorialização das políticas públicas. Disponível em: http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes_opl/8/ficheiro/Cadernoopl7.pdf#search=%22A%20INSUSTENT%C3%81VEL%20LEVEZA%20DOS%20TERRIT%C3%93RIOS%3A%22 – em set., 2006
- COELHO, Luiza Terezinha Guerra. *Governador Valadares. Seu espaço, sua paisagem – A cidade através dos tempos*. Governador Valadares, 2007. (Monografia de conclusão de curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UNIVALE).
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-180.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GT CHEIAS DO RIO DOCE. Relatório final, 2004. <http://www.ana.gov.br/cbhRioDoce/comite/GT-CHEIAS/relatorio-gt-cheias.htm> [acesso em 28 de Maio de 2010].
- HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p 367 – 419.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Rio de Janeiro: Niterói, 1997.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDABL, Z. *Geografia cultural - manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. da UERG, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 18, jan./jun. 2002, p.37- 46.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo, Vértice, 1990.
- HARDY, B. Towards a Poetic of Fiction: 3. An Approach Through Narrative. *Novel*, 1968, 1, pp. 5-14.
- HARVEY, David. *Urbanismos y desigualdad social*. 5ed., Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989.
- HEIDRICH, A. L. Espaço território e cidadania. *CAESURA – Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanas*. Canoas, n. 21, jul./dez. p. 73-76, 2002 – Especial Geografia.

KAROL, Eduardo. Discutindo a noção de territorialidade e supra territorialidade. In.: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20159.htm>

KERBY, A. *Narrative and the Self*. Bloomington, Indiana University Press, 1991.

LABOV, W. Uncovering event structure. Paper apresentado em um Seminário de estudos avançados, Universidade de Georgetown, 2001.

LAVINAS, Lena. et. alii. (orgs.) *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1993.

LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. (3º edição). Campinas/SP: UNICAMP, 1994.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 5. ed., Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

MACHADO, Monica Sampaio. *Geografia e Epistemologia: Um Passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade*. Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, n.1, p. 17-32, jan/jun. 1997. 98p.

MARGEM. Espaço. Local, mundial, imaginário. São Paulo, EDUC, n. 2, nov. 1993 (Puc-SP – Faculdade de Ciências Sociais).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 2ª ed. São Paulo, Loyola, 1998.

MEYER, Regina Maria Proserpi. O urbanismo: entre a cidade e o território. *Cienc. Cult.*, vol.58, no.1, Mar 2006, p.38-41.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26 set. 92/ago.93. p. 57-8.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história – Suas origens, transformações e perspectivas*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

n. 2, 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: *Projeto História*. São Paulo: PUC,n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano*. Porto Alegre, Ed. Universitária-UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTA, Demerval José Pimenta. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

PIMENTA, Dermeval José. *A Vale do Rio Doce e suas história*. Belo Horizonte, Vega, 1981.

PINTO, Wellington. *Minas: dicionário geográfico e histórico do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Grupo Editorial e Jornalístico, 1983.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos. Memória, São Paulo, Vértice. 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Ceru, FFLCH/USP, 1983.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIGOTA, M. *Meio Ambiente e representação social*. 2.ed. São Paulo. Cortez, 1997.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo I, Campinas: Papyrus, 1994.

ROBERTO L. *Manifestações da cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

ROCHA, Heloiza P. R. *A higienização dos costumes*. São Paulo, FAPESP; Mercado das Letras, 2003.

ROGERS, Kim Lacy. Oral history and the history of the civil rights movement. *Journal of American History*, Bloomington, v. 75

ROLNICK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. (segunda edição) São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1999.

RONCAYOLO, M. Território. In: *Enciclopédia Einaldi: região*. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, v.8., 1986.

- ROSA, Léa Brígida R. de A. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas: 1890-1940*. São Paulo, USP, 1976.[Tese de Mestrado]
- ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001
- RYAN, William James. Reporting the '51 Flood: an oral history of the impact of a natural disaster on local broadcast news. *WHMC-KC*, University of Missouri, 2006, 20p.
- SAMUEL, Raphael. *Theatres of Memory: Past and Present in Contemporary Culture v. 1*. London: Verso, 1994.
- SAMUEL, Raphael. Local History and Oral History. *History Workshop Journal* .1976/ 1, pp 191-208.
- SANTOS, Magda. *Águas revoltas: história das enchentes em Santo André*. Santo André: Prefeitura Municipal, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Espaço Interdisciplinar*, São Paulo, Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. e SOUZA, M^a Adélia A. de. (Coord.) *A construção do espaço*. São Paulo, Nobel, 1986.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo presente*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: companhia das Letras, 1996.
- SENNA, Nelson. *Bacia do Rio Doce*. Belo Horizonte, I. Oficial, 1906.
- SILVA, Geraldo H. C. da. *A ação da indústria da madeira em Governador Valadares: o caso da Companhia Agropastoril Rio Doce*. Governador Valadares, Univale, 1997. (Monografia)
- SOARES, Ruth. *Memórias de uma cidade*. Governador Valadares, Tribuna Fiel, s/d.
- SOUZA, Célia Ferraz de. e PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.) *Imagem urbanas. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre, Ed. Universidade-UFRGS, 1997.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995. pp. 77-116.
- STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce – Estudo Geográfico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1955.
- STRAUCH, Ney. *Zona metalúrgica de Minas Gerais e vale do Rio Doce: guia da excursão no. 2, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro: Ed. Conselho Nacional de Geografia, 1958.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VAINER, C. B. Grandes projetos e organização territorial: os valores do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (Ed.) *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. 2. ed. Brasília: Ipea, 1996.
- VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. Uma visão antropológica. In: *Tempo brasileiro*. N. 95. Rio de Janeiro, 1988.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

by